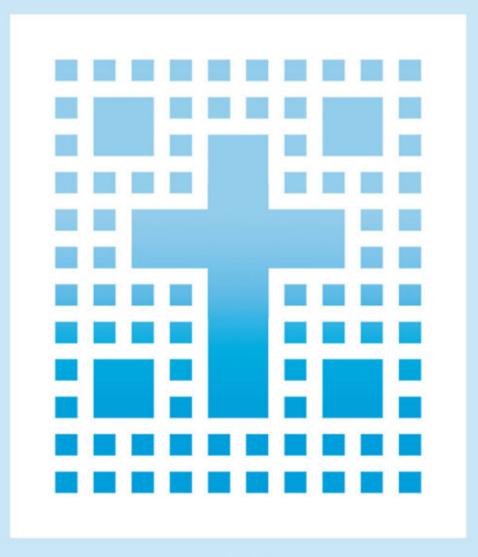
Anna Klobucka

MARIANA ALCOFORADO FORMAÇÃO DE UM MITO CULTURAL



temas portugueses

NOTA À EDIÇÃO PORTUGUESA

Este estudo da mitologia cultural associada às cinco cartas de amor dadas a lume em 1669, em Paris, sob o título de Lettres portugaises, e à figura da «freira portuguesa», Soror Mariana Alcoforado, a quem a autoria das cartas chegou a ser atribuída a partir do século XIX, foi escrito e publicado primeiramente em inglês nos Estados Unidos, destinando-se aos leitores especializados ou não, isto é, neste último caso, sem competência obrigatória na área dos estudos literários portugueses ou da história de Portugal. Tal orientação — em boa parte motivada pelo desejo optimista e possivelmente ingénuo de alargar a esfera disciplinar em que o livro pudesse ser lido e referenciado para além dos limites relativamente estreitos do campo de investigação e ensino da literatura portuguesa ou lusófona nos países de língua inglesa — sintonizava-se, enquanto estratégia de desterritorialização e reterritorialização oportunista, com a matéria cultural investigada e interpretada em The Portuguese Nun, isto é, com o processo da oportuna e não raro oportunista (re)apropriação nacional de uma obra e uma ficção internacionalmente reconhecidas e aclamadas. Alguns aspectos desta sintonização manifestaram-se mesmo sem qualquer intervenção (e até contra a vontade) da autora: é o caso da classificação do livro na base de dados da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, orientada (tanto quanto se sabe) pelos responsáveis do consórcio editorial Associated University Presses. Apesar de The Portuguese Nun tratar quase exclusivamente dos

percursos da história literária e cultural portuguesa, a catalogação oficial do livro foi (e é) a seguinte:

1. Guilleragues, Gabriel Joseph de Lavergne, vicomte de, 1628-1685. Lettres portugaises. 2. Guilleragues, Gabriel Joseph de Lavergne, vicomte de, 1628-1685 — Translations into Portuguese. 3. Literature and society — Portugal.

Acrescente-se ainda que, de acordo com esta classificação, o livro é localizado automaticamente, no âmbito das colecções das bibliotecas universitárias e outras que o terão adquirido, nas estantes que abrigam as obras da literatura francesa do século XVII e os respectivos estudos críticos a elas dedicados. Embora tivesse demorado a aceitar a ironia perversa desta reterritorialização imperiosamente imposta e não prevista nem autorizada por mim, acabei por abraçá-la como descendente legítima (legítima, no caso, precisamente por ser espúria) das outras deslocações de atribuição, propriedade e relevância, por vezes igualmente perversas e surreais, que este ensaio documenta.

O mesmo impulso de sintonização desafinada (passe o paradoxo) encontra-se na raiz da decisão que tomei de não reescrever nem redigir substancialmente o livro para a edição portuguesa. Esta opção, embora não lhe faltem desvantagens, enquadra-se logicamente no contexto de um estudo em que o olhar dos estrangeiros sobre Portugal entra numa relacão sistematicamente dialogal com a visão dos Portugueses sobre o próprio país. Consequentemente, julgou-se desejável preservar, regra geral, até tais indícios da proveniência estrangeira do ensaio que poderiam ser facilmente eliminados no processo de tradução e redacção do texto português; por exemplo, a primeira citação de um texto de Boaventura de Sousa Santos identifica-o como «o sociólogo português», o primeiro tradutor português das Lettres portugaises é apresentado, de uma forma altamente redundante para quem tenha aprendido sobre ele na escola, como o «poeta neoclássico Francisco Manuel do Nascimento, conhecido pelo nome arcádico de Filinto Elísio» e assim por diante. O estranhamento que tais rótulos excessivamente explicativos, junto com outros sinais de transculturação, venham eventualmente a provocar nos leitores servirá, segundo se espera, como um índice desfamiliarizante da relação desterritorializada que este estudo mantém também para com o contexto da sua publicação em língua portuguesa, constituindo-se esta

publicação como mais um elo na já referida cadeia das deslocações territoriais, ideológicas e disciplinares que têm estruturado os processos da recepção, interpretação e reescrita das Cartas Portuguesas.

Last but not least, cabe registar aqui alguns agradecimentos imprescindíveis às pessoas cuja intervenção e apoio foram cruciais para a apresentação deste estudo ao público leitor em português. Em primeiro lugar, agradeço a Teolinda Gersão pelo interesse com que leu e comentou o livro e pela generosidade ampla e desinteressada com que apoiou o objectivo da sua publicação em português. A Manuela Rocha, tradutora hábil e inspirada, por esta «versão» que muito honra o original. E a Victor Mendes pelo paciente empenho editorial fora de horas, por «estar aí» e por tout le reste.

Maio de 2004.

Prólogo

O QUE REALMENTE ACONTECEU

Publicada pela primeira vez em 1669, em Paris, a obra anónima Lettres portugaises traduites en françois apresentava-se, através de um Avis au lecteur introdutório, como uma tradução igualmente anónima de cinco cartas de amor autênticas, escritas por uma freira portuguesa chamada Marianne. A freira, enclausurada num convento provinciano no sudeste de Portugal, dirigiu-as a um oficial (não denominado) do exército francês, que estivera colocado na sua cidade por algum tempo, durante o qual se desenvolvera um romance secreto entre os dois. A partida do francês pôs termo ao romance, mas em nada diminuiu a intensidade da paixão da freira abandonada pelo seu ex-amante. Foi sobre esse sentimento que ela lhe escreveu numa prosa ao mesmo tempo exuberante e magistral, digna dos mais dotados artífices literários do grand siècle francês. Pouco depois da sua publicação, as cartas tornaram-se um best-seller internacional. No mesmo ano, seguiram--se duas edições-pirata, uma de Colónia e outra de Amesterdão, ambas com os títulos ligeiramente alterados para um texto quase idêntico (a edicão de Colónia utilizava o artifício de mencionar o nome do amante da freira e do alegado tradutor das suas cartas) 1.

¹ A edição de Colónia, de Pierre du Marteau, intitulava-se *Lettres* d'amour d'une religieuse escrites au chevalier de C. officier françois en Portugal e continha o seguinte aviso: «Le nom de celui auquel on les a écrites, est Mon-

O editor original, Claude Barbin, retaliou publicando, ainda em 1669, uma nova tiragem da primeira edição, uma segunda edição e uma continuação contendo novas cartas, na mesma altura em que mais uma versão-pirata era publicada em Dijon. Seguiram-se outras duas tiragens em 1670 e uma terceira edição em 1672 (Alcover, 1985, 644). A primeira tradução inglesa, de Roger l'Estrange, intitulada Five Love Letters From a Nun To A Cavalier Done Out Of The French Into English surgiu em 1678, e ao longo das décadas e dos séculos seguintes, inúmeras traduções, imitações e supostas continuações e respostas às cinco cartas originais mantiveram viva a história da provinciana freira portuguesa, seduzida e abandonada pelo seu aristocrático amante francês. Escrever «à la portugaise» tornou-se «um verdadeiro código aplicável a um determinado estilo — a escrita no auge da paixão num momento de desvario e de angústia» (Kauffman, 1986, 95). Stendhal indicou a freira portuguesa como um dos protótipos do seu «amour-passion» (1959, 5) e já houve quem sugerisse que os aclamados Sonnets from the Portuguese de Elizabeth Barrett Browning deviam grande parte da sua inspiração a este clássico seiscentista do discurso amoroso (Monteiro, 1996, 32-34). Mais recentemente, a designação «le type portugais» foi proposta como uma categoria formal pelos críticos que estudam o desenvolvimento e as características do género epistolar na tradição literária europeia (Jost, 1968, 144-146)².

sieur le Chevalier de Chamilly; et le nom de celui qui en a fait la traduction est Cuilleraque» (Guilleragues, 1962, VIII)]. A edição de Amesterdão, de Isaac Van Dick, ostentava o título *Lettres d'une religieuse portugaise traduites en françois*. Ver lista exaustiva recente das edições preservadas do texto francês publicado nos séculos XVII, XVIII e XIX em Alcover, 1985, 644-648.

² Para além do estudo introdutório de François Jost sobre o género, ver também Susan Lee Carrel, *Le Soliloque de la passion féminine ou le dialogue illusoire: étude d'une formule monophonique de la littérature épistolaire* (Tubingen, Gunter Narr Verlag, e Paris, Éditions Jean-Michel Place, 1982). Carrel adopta a designação «le type portugais» de Jost no seu estudo sobre a variedade monofónica do discurso epistolar (cartas dirigidas por uma mulher ao seu amante e apresentadas sem as respostas deste último), destacando, assim, a importância das *Lettres portugaises* como protótipo moderno do género. Ver

Parte da atracção exercida pelas cartas da freira deveu-se, claro está, à excitante incerteza que rodeia a identidade concreta da sua autora. O debate sobre essa questão começou, seriamente, no início do século XIX quando um erudito francês, Jean-François Boissonade, publicou uma nota que identificava a freira como uma tal «Mariana Alcaforada» e a cidade onde o seu convento estava situado como Beja, principal município da província portuguesa do Baixo Alentejo 3. É interessante notar que esta primeira menção do nome completo da freira — até então variadamente referida como «uma religiosa portuguesa», «uma senhora portuguesa», ou até, incongruentemente, como «uma cónega de Lisboa» — surgiu pouquíssimos anos depois da formulação da ficção jurídica do autor como detentor de direitos específicos, protegidos. A Lei de 19 de Julho de 1793, que proclamara «a declaração dos direitos de génio», reconheceu, pela primeira vez, os direitos de propriedade dos autores relativamente aos seus textos (Hesse, 1986, 8). Diga-se ainda que Boissonade também se distinguiu como importante e heterodoxo paladino da poetisa grega Safo, demonstrando, segundo Joan DeJean, «um envolvimento coerente nas questões relativas à legitimidade da escrita feminina» (1989, 348).

Muito curiosamente, no primeiro século e meio da sua existência, a notoriedade internacional das cartas não suscitou qualquer tipo de resposta no seu suposto país de origem. Como a maioria dos autores sugere, isto deveu-se provavelmente à censura que a Inquisição exercia em Portugal: é significativo que a

resumo e crítica inteligentes do livro de Carrel em Janet Altman, «Portuguese Writing and Women's Consciousness: The Loneliness of the Long Distance Lover», *Degré Second: Studies in French Literature 7* (Julho de 1983), 163-175.

³ A revelação de Boissonade baseou-se numa nota manuscrita de origem desconhecida que ele encontrara no seu exemplar das *Lettres portugaises*. De acordo com o seu testemunho, a nota rezava assim: «La religieuse qui a écrit ces lettres se nommoit Mariane Alcaforada, religieuse à Beja, entre l'Estramadure et l'Andalousie. Le cavalier à qui ces lettres furent écrites étoit le comte de Chamilly, dit alors le comte de Saint-Léger» (citado em Rodrigues, 1935, 91)].

única referência à obra encontrada nos escritos de um autor português antes do século XIX tenha saído da pena do aristocrata cosmopolita Cavaleiro de Oliveira, que se converteu ao Anglicanismo, escreveu em francês e italiano e passou a maior parte da vida no estrangeiro (Rodrigues, 1935, 124). As primeiras traduções das cartas para o seu suposto idioma original foram igualmente produzidas por exilados portugueses, respectivamente, em 1819 por Filinto Elísio e em 1825 por José Maria de Sousa Botelho (também designado pelo seu título aristocrático de Morgado de Mateus). Ambas as traduções foram publicadas em Paris mas, nos anos seguintes, iniciou-se a sua divulgação em Portugal, dando lugar a um processo independente de recepção e interpretação, que conduziu progressivamente ao desenvolvimento de um dos mitos culturais mais prezados do País.

Ao crescimento paulatino do interesse por Mariana Alcoforado e pela sua obra-prima epistolar, que se verificou em Portugal ao longo de todo o século XIX, correspondeu uma relativa estagnação do interesse dos críticos franceses. Embora tenha sido um francês, *l'abbé* Mercier de Saint-Léger, a publicar, nos últimos anos do século XVIII, aquele que é geralmente citado como o primeiro estudo erudito das cartas (*Notice historique et bibliographique sur les Lettres portugaises*, incluído na edição de 1796 por Delance), as investigações portuguesas realizadas no século XIX sobre o suposto contexto histórico da sua produção dominaram o panorama da interpretação do texto, chegando poucos contributos significativos de outros quadrantes, até aos anos 20 do século XX 4.

⁴ Ver descrição mais pormenorizada da recepção e interpretação iniciais das *Lettres portugaises* em França em Frédéric Deloffre e Jacques Rougeot, «L'Histoire des *Lettres portugaises*», in Guilleragues, 1972, 61-93. Deloffre e Rougeot dividem o destino das cartas, em termos de crítica literária, em três períodos distintos: «impressionista», até finais do século XVIII (incluindo a *Notice* de Mercier de Saint-Léger); «histórico», dominado pelas pesquisas dos investigadores portugueses do século XIX; e «crítico» moderno, iniciado em 1926 por F. C. Green e que culminou na edição, autodenominada «definitiva», dos próprios Deloffre e Rougeot, onde se atribuía a autoria do texto a Gabriel-Joseph de Lavergne de Guilleragues.

Descobriu-se, muito particularmente, que uma freira chamada Maria Ana (Mariana) Alcoforado vivera, de facto, no Convento da Conceição em Beja e que tinha entre 25 e 29 anos na altura em que o contingente francês capitaneado pelo conde de Schomberg participou na Guerra da Restauração portuguesa contra a Espanha (sendo Beja o centro das operações militares nos anos de 1666 a 1668). Não obstante escassearem as provas documentais concretas e não existir um manuscrito português que possa ser apresentado como o original da «tradução» francesa das cartas, os argumentos a favor da autenticidade do romance e da correspondência dele resultante pareciam razoavelmente bem fundamentados.

Em 1926, num artigo publicado na The Modern Language Review, intitulado «Who Was the Author of the Lettres portugaises?», F. C. Green, então professor de Literatura Francesa em Rochester, Nova Iorque, reabriu o debate sobre a autoria. Com base na sua análise do Privilège du Roi original concedido ao editor Claude Barbin em 1668, Green concluiu que o «Cuilleraque» mencionado na primeira edição-pirata como tradutor das cartas era, na verdade, o seu autor legítimo, embora hesitasse em identificá-lo seguramente como o cortesão, diplomata e antigo embaixador francês em Constantinopla, Gabriel-Joseph de Lavergne de Guilleragues. Essa identificação viria, contudo, a ser apoiada e fundamentada por estudos posteriores, muito em especial na introdução de Frédéric Deloffre e Jacques Rougeot à sua edição de Lettres portugaises, Valentins et autres oeuvres de Guilleragues (Paris, Garnier, 1962), a que se seguiu, dez anos depois, uma édition nouvelle revista e ampliada, na qual a extensa argumentação a favor da atribuição da «paternidade» das cartas ao autor francês, tendo alegadamente deixado de ser necessária, foi substituída por uma descrição meramente factual da sua história, tendo uma «vida de Guilleragues» encontrado «o seu lugar natural à cabeça do seu trabalho» (Guilleragues, 1972, VII). Poucos estudiosos questionaram, desde então, o consenso agora largamento partilhado sobre a autoria de Guilleragues e o carácter ficcional das Lettres portugaises, com o seu artifício de dépaysement que prenunciou a utilização do mesmo expediente em obras posteriores tais como as Lettres persanes de Montesquieu (1721) ou as Lettres d'une Péruvienne de Madame de Grafigny (1747) ⁵.

Foi, resumidamente, esta a história do texto. Quanto ao historial dos acontecimentos que conspiraram para trazer as Lettres portugaises à existência, já é muito menos claro o que terá realmente acontecido. Terá Noel Bouton de Chamilly (ou outro francês qualquer) conhecido Mariana Alcoforado (ou outra freira portuguesa), em 1666 ou 1667, na cidade de Beja? Terá existido uma relação amorosa secreta no Convento da Conceição (ou noutro convento) e uma freira terá sido abandonada contra o seu desejo? Alguém terá escrito cartas de amor, ou mesmo quaisquer cartas «autênticas», em português ou em francês, antes de Guilleragues (ou outro escritor) ter batido à porta de Claude Barbin, no segundo perron de Sainte Chapelle, em Paris, com um promissor manuscrito na mão? Por mais irresistíveis que estas perguntas tenham sido para várias gerações de estudiosos, bem como para as mentes curiosas de muitos amadores (incluindo a minha), não farei qualquer esforço para as abordar neste livro. Desviando-me da questão concreta da autoria, analisarei, pelo contrário, as Lettres portugaises como o artefacto cultural multifacetado em que se tornaram desde o seu início, no século XVII, um texto cujo significado tem sido construído através da longa e complexa história das suas diversas interpretações e dos debates

⁵ Veja-se, todavia, a recensão de Wolfgang Leiner da edição de Yves Florenne de *Lettres de la religieuse portugaise*, incluída na colecção «Le livre de poche classique» (Paris, Librairie Générale Française, 1979), na qual Leiner, eminente estudioso da literatura francesa do século XVII, afirma que os argumentos de Florenne a favor da autenticidade das cartas «nous forcent à reprendre le dossier que nous avions sans doute trop vite fermé» (1980, 146). Ver resposta enérgica dos guilleraguistas a estes e outros desafios nas sucessivas actualizações de Frédéric Deloffre: «Le bilan du quart de siècle: les *Lettres portugaises* et la critique», in *Quaderni di filologia e lingue romanze*, 1984, 119-167, e «Les *Lettres portugaises*», in *L'Information littéraire*, 41, 5 (Nov.-Dez. 1989), 7-12. Quanto à estratégia literária do *dépaysement*, tornou-se um mecanismo tão comummente utilizado que um editor francês do século xVIII da obra intitulada *Lettres saxones* comentaria a espantosa proliferação de ficções epistolares provenientes «des pays les plus barbares» (Larat, 1928, 625).

ÍNDICE

Nota à edição portuguesa	7
Prólogo — O QUE REALMENTE ACONTECEU	11
Cap. 1 — AMOR E PARANÓIA NUMA PERIFERIA CULTURAL	21
Cap. 2 — INVENTAR MARIANA	51
Cap. 3 — TRADUZIR MARIANA	79
Cap. 4 — CANONIZAR MARIANA	101
Cap. 5 — FEMINIZAR MARIANA	129
EPÍLOGO — A JANELA DE MÉRTOLA	159
E pur si muove, posfácio à edição portuguesa	171
Bibliografia	183
Índice onomástico e temático	193

Colecção TEMAS PORTUGUESES

Últimas obras publicadas:

ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI Amândio Coxito

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA (RECAPITULAÇÃO)
Teófilo Braga
Prefácio de João Palma-Ferreira
3.º edição
4 vols.

DE GIL VICENTE A «UM AUTO DE GIL VICENTE» Maria Idalina Resina Rodrigues

ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA EM PORTUGAL NA ÉPOCA DO ILUMINISMO Amândio Coxito

CISTERCIENSES, CAMPONESES E ECONOMIA RURAL NO MINHO NA ÉPOCA DO ANTIGO REGIME O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE BOURO E O SEU DOMÍNIO Salvador Magalhães Mota Prefácio de Aurélio de Oliveira 2 vols.

O PENSAMENTO POLÍTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XIX UMA SÍNTESE HISTÓRICO-CRÍTICA António Pedro Mesquita

O MAL NO PENSAMENTO DE SAMPAIO (BRUNO) UMA FILOSOFIA DA RAZÃO E DO MISTÉRIO Afonso Rocha Prefácio de Arnaldo de Pinho 2 vols.

MAIS ALÉM DO DRAMA POÉTICO DE FERNANDO PESSOA UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA DA CRIAÇÃO HETERÓNIMA Thaïs Campos Monteiro

SÁTIRA E LIRISMO NO TEATRO DE GIL VICENTE José Augusto Cardoso Bernardes *Prefácio de Aníbal Pinto de Castro* 2 vols. MOEDA E METAIS PRECIOSOS NO PORTUGAL SETECENTISTA (1688-1797) Rita Martins de Sousa

ESTUDOS SOBRE O HUMANISMO EM PORTUGAL Sebastião Tavares de Pinho 2 vols.

MARIANA ALCOFORADO: FORMAÇÃO DE UM MITO CULTURAL Anna Klobucka Tradução de Manuela Rocha